
A palavra ‘lésbica’ e a violência em notícias de jornais on-line: por uma análise de discurso antilesbofóbica e antipunitivista¹

Natália Kleinsorgen Bernardo Borges²

Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF)

RESUMO

Este trabalho versa sobre a importância de uma análise do discurso (AD) que se pretenda feminista, antilesbofóbica e antipunitivista, a fim de investigar notícias sobre violências envolvendo lésbicas no jornalismo on-line. Para atingir este objetivo, foi feita uma revisão bibliográfica de autoras da teoria lesbofeminista; do campo da análise do discurso; de teorias sobre a relação entre violência e linguagem; e do campo da criminologia crítica. A AD é defendida aqui como ferramenta para compreender fenômenos sociais que se escondem por detrás de manifestações culturais midiáticas, principalmente na cobertura de fatos entendidos como anomias e desvios sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso feminista; teorias lesbofeministas; antipunitivismo; jornalismo on-line.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Hoje, devido ao esforço de pesquisadoras atentas aos meios de comunicação e às reproduções de violências na sociedade, podemos afirmar a inegável relação entre a cobertura midiática da violência praticada contra mulheres e a perpetuação dessa violência nas casas e nas ruas. A partir da compreensão de que lésbicas são mulheres, conforme veremos a seguir, partimos da provocação que a antropóloga argentina Rita Laura Segato (2018a) e a jornalista peruana Mariela Jara (2019) trazem sobre o tema, para refletir acerca deste tipo de cobertura. O que buscamos quando, nas notícias de jornais, tratamos dos casos de lesbocídios e outras agressões como se fossem casos isolados? Que tipo de comunicação estamos fazendo? O que estamos buscando ao reforçar a necessidade de punição para tais perpetradores, como se cada um deles fosse meramente um desviante que precisasse de punição?

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF).

Este trabalho versa sobre a importância de uma análise do discurso (AD) que se pretenda feminista e antipunitivista. Para atingir este objetivo, foi feita uma revisão bibliográfica de autoras do campo da análise do discurso, de teorias sobre a relação entre violência e linguagem; e do campo da criminologia crítica, sobre o punitivismo como metodologia para lidar com atos indesejados. A AD é defendida aqui como ferramenta para compreender fenômenos sociais que se escondem por trás de manifestações culturais midiáticas, principalmente na cobertura de fatos entendidos como anomias e desvios sociais que, principalmente, atravessam a vida das mulheres lésbicas. Até que ponto a violência sistemática praticada contra lésbicas e veiculada em notícias de jornais on-line pode ser entendida como fato isolado; e como os discursos veiculados nas mais diversas mídias podem reforçar o caráter de exceção, quando tais atos são consequência da organização da sociedade patriarcal?

Em minha trajetória como feminista autônoma, abolicionista de gênero, antipunitivista organizada em coletivos de mulheres e comunicóloga inserida na academia, pesquisadora de comunicação, venho observando como as mídias vêm sendo, ao longo dos anos, articuladas com o fenômeno da violência. Ao passo que os jornais veiculam um “aumento de feminicídio”³ nos últimos anos, ainda não conseguimos mensurar pelas estatísticas se antes havia subnotificação, se esta subnotificação se mantém, se foram as notícias que aumentaram – principalmente depois do decreto da Lei nº 13.104/2015, que torna o feminicídio um homicídio qualificado e o coloca na lista de crimes hediondos, com penas mais altas, de 12 a 30 anos. Ainda há muito a ser refletido sobre o que os números nos mostram e até que ponto a veiculação de casos estimula ou constrange outras ações. Para Segato (2018b), o tratamento midiático deste tipo de conduta deveria ser debatido tanto quanto debatemos a veiculação de suicídios – em congressos, mesas, conferências –, considerando o efeito cascata que tais notícias

³Alguns exemplos são: PORTAL G1 “Aumento dos feminicídios no Brasil mostra que mulheres ainda não conquistaram o direito à vida”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/aumento-dos-feminicidios-no-brasil-mostra-que-mulheres-ainda-nao-conquistaram-o-direito-a-vida.ghtml>>. Acesso em 05/10/2023; RÁDIO SENADO “Aumento do feminicídio no Brasil preocupa autoridades brasileiras”. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2023/07/05/aumento-do-feminicidio-no-brasil-preocupa-autoridades-brasileiras>>. Acesso em: 05/10/2023; EBC “Feminicídio: Oito anos após aprovação da lei, casos aumentam”. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/feminicidio-oito-anos-apos-aprovacao-da-lei-casos-aumentam>>. Acesso em 05/10/2023.

podem reverberar. Nós concordamos, e reforçamos a ideia de que esses debates não podem mais ser feitos sem as mulheres.

Para a escrita deste texto, levamos em conta a ideia de que o patriarcado ocidental se tornou globalizado e fomos sistematicamente afastadas – pelos homens historiadores, filósofos e cientistas – dos livros que nos contam a história oficial da humanidade (Lerner, 2019; Franulic, 2019; Morgan, 1977). Por isso, é necessário investigar cuidadosamente quais teorias podem nos ser úteis no desmantelamento das estruturas patriarcais e, conseqüentemente, na construção de uma sociedade que centralize mulheres e as considere parte inseparável da construção da memória, da história e da cultura.

A partir da análise do discurso proposta pela escritora e linguista feminista chilena Andrea Franulic (2015), uma *análise feminista do discurso a partir da diferença sexual*, propomos uma análise do discurso que perceba as estratégias masculinas de dominação, impregnadas inclusive nas nossas próprias visões de mundo – e nas nossas demandas por reparação e justiça. Socialização aqui é um conceito-chave, já que é a partir dela que seres humanos são inseridos nas dinâmicas sociais, demarcando nosso lugar no mundo com todas as relações de poder (Zaidman In Hirata, H. et al (org.), 2009; Bassoli, 2021).

Considerando o que já foi dito, temos como objetivo articular olhares feministas e antipunitivistas, a partir de uma revisão bibliográfica crítica. Para cumprir o objetivo proposto, dividimos o trabalho em três partes: na primeira, explicamos qual a visão feminista adotada por nós e porque é necessário demarcar essas vozes e a necessária crítica às outras teorias e análises do discurso ditas feministas, mas que reforçam as instituições masculinistas e seus poderes. Para tanto, utilizaremos a teórica linguista e feminista chilena Andrea Franulic (2015; 2017; 2018), e outras feministas radicais da diferença.

Na segunda parte, evidenciamos o que chamamos de uma cultura punitivista, onde antagonismos são criados por meio da linguagem e da ação concreta a fim de produzir hierarquias de poder. Demonstramos, conseqüentemente, como as instituições precisam da manutenção dessas hierarquias para funcionar – incluindo mídias e sistema penal que, articulados, promovem o que chamamos de “populismo penal midiático”. Vamos refletir como a aposta nas instituições penais por parte da sociedade, ancorada

em propaganda midiática, é antes uma forma de reproduzir injustiças sociais, e não uma forma de alcançá-las, como muitas vezes a agenda punitivista faz crer.

Na terceira parte, justificamos a escolha pela metodologia da análise de discurso, utilizando as contribuições de Eni Orlandi (2009) e consolidamos uma proposta para os estudos do discurso a partir de uma perspectiva feminista e antipunitivista. Ao final do texto, defende-se a urgência de repensar os discursos midiáticos sobre ações praticadas contra mulheres a fim de causar danos, partindo da ideia da violência não só como produção de fatos sociais indesejados, mas como linguagem e pedagogia, e da punição como reforço das instituições patriarcais.

2. ANÁLISE DO DISCURSO A PARTIR DO FEMINISMO RADICAL DA DIFERENÇA

Ao retomarmos a gênese da análise do discurso (AD), como disciplina na França da década de 1960, nos deparamos com seu necessário imbricamento com a luta de classes, a História e o movimento social. Segundo a linguista Fernanda Mussalim (2001, p. 101-102), o marxismo e o pensamento crítico sobre a linguística são as bases que conduziram ao nascimento da AD como campo de investigação sobre as construções ideológicas do discurso. Tal ferramenta nos permite compreender a linguagem como mediação necessária entre os seres humanos e a realidade natural e social (Orlandi, 2009, p.15).

Por sua vez, a analista de discurso relaciona a linguagem ao contexto social, articulando saberes da Linguística com saberes das Ciências Sociais – provocando a primeira por sua falta de historicidade, e a segunda por sua falta de transparência sobre a linguagem utilizada pelo campo.

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (Orlandi, 2009, p.17).

Além disso, Orlandi (2009, p. 19-20) afirma que a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, de que há uma realidade da História de

tal forma que o ser humano faz História, mas esta também não é transparente. Importante relativizar neste ponto a questão das mulheres considerando que foram alijadas da História compreendida como oficial e, no processo, desprovidas de referências e memórias (Lerner, 2019; Franulic, 2019; Morgan, 1977; Frye, 1983). A análise de discurso feminista deve servir, portanto, para resgatar essa genealogia. Tendo isso em conta, e considerando que vivemos neste cenário patriarcal, torna-se primordial que a análise do discurso seja feita percebendo as ideologias misóginas e punitivistas dos discursos, ora reproduzidos em matérias de jornais e produtos midiáticos em geral, ora nas redes sociais reais e virtuais, ou seja, comumente balizadas por instituições masculinistas.

Mesmo dentro do escopo do que entendemos por *análise feminista do discurso* (AFD) há abordagens distintas. Franulic (2015) discute duas autoras bastante utilizadas quando falamos de AFD, Lazar (2005) e Baxter (2008), e descreve por que teorias que partem do conceito de “gênero” podem ser limitadas, ao reproduzir uma linguagem anglófona e masculinista do entendimento da categoria política “mulher”. Com todo esse contexto, em uma fala no X Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado de 09 a 12 de outubro de 2005, em Serra Negra (SP), a antropóloga feminista afro-dominicana Ochy Curiel defendeu o uso da categoria mulher “até que o patriarcado seja eliminado”, ao constatar que esta seria uma construção social que nos articula com histórias e séculos de subordinação (Curiel, 2005).

Franulic (2015) propõe, portanto, uma observação que tenha como ponto de partida a perspectiva da *diferença sexual*. Por considerar a dominação masculina a principal forma de opressão, a que causa maior abismo entre as oprimidas e a consciência de classe, Franulic propõe uma análise de discurso que dê conta desse contexto histórico, político e social. Ao longo de sua trajetória como teórica, ela tentou denunciar a apropriação masculinista do acúmulo e das experiências femininas e feministas, usando como exemplo a virada acadêmica, em 1991, no Chile, quando parou-se de criar cadeiras de “Estudos das Mulheres” e passou-se a criar “Estudos de Gênero” e correlatos, nas universidades (Franulic, 2018). A filósofa e feminista radical chilena Margarita Pisano (2001), e a teórica e escritora norte-americana bell hooks (2008a) – a grafia é em minúsculo, mesmo – se somam no relato sobre esta transformação, tendo em vista que elas mesmas, ao ingressar na universidade com o

objetivo de estudar mulheres, perceberam a mudança epistemológica acontecendo bem diante de seus olhos.

A partir do pensamento da diferença, tem-se escrito sobre a inscrição do androcentrismo nas línguas e sobre a relação das mulheres com a linguagem, mas não se desenvolveu uma proposta articulada de análise do discurso. No entanto, acreditamos que é necessária uma proposta deste tipo, dado que é nesta tendência que encontramos argumentos teóricos consistentes para explicar as características particulares e os traços profundos da opressão das mulheres, uma vez que, para esta perspectiva, a dominação patriarcal é constitutiva de uma civilização e a situação das mulheres assume formas e conteúdos não comparáveis aos de outras desigualdades sociais; mesmo o próprio conceito de desigualdade social não consegue representar esta dita situação (Franulic, 2015, p. 8-9) (tradução livre).

É por isso que um pensamento feminista é necessário para que se construa uma realidade diferente para as mulheres; e, nesse percurso, torna-se importante definir aqui o que as feministas radicais da diferença compreendem como “mulher”. Para elas, a categoria histórica e política “mulher” tem base na ideia da hierarquização, construída a partir da diferença sexual, e imposta pelos grupos de homens sobre os grupos de mulheres ao longo dos últimos seis mil anos – conforme Lerner (2019). Trata-se de pessoas do sexo feminino que, submetidas à socialização feminina desde a barriga de suas mães, são oprimidas pelo grupo de pessoas do sexo masculino – física, psíquica, laboral e sexualmente, no sentido do cumprimento dos papéis sexuais socialmente impostos. Afinal, as mulheres não são mais um grupo socialmente vulnerabilizado, mas, o primeiro grupo a ser explorado historicamente, onde foram aplicadas, testadas, ampliadas e refinadas as formas de tortura, exploração, escravização e mercantilização de corpos (Lerner, 2019).

Por isso, feministas radicais da diferença têm rechaçado noções como “gênero” ou “igualdade” como algo que possa definir a coletividade histórica de mulheres, ou sua luta pela transformação social, e denunciam a criação de termos genéricos como esses como sendo estratégias coloniais, institucionais e masculinistas para apagar simbólica e materialmente a diferença sexual e, conseqüentemente, deixar de debater e centralizar os estudos e a luta pela desmantelamento da hierarquia sexual forçada sobre as mulheres de distintas culturas.

As autoras do feminismo radical da diferença (Rivera 1994, Rich 2001, Woolf 2003), quando se referem a “mulheres”, aludem à

experiência comum das mulheres, não à ideia de que se trata de um grupo homogêneo; isso é dado como certo. É esta experiência comum que constitui a diferença sexual e a sua força criativa. O que é comum é transversal às desigualdades de raça, classe, idade, etnia, entre outras. É transversal e primário. Isto significa que uma mulher afrodescendente, uma mulher burguesa, uma camponesa, uma profissional, etc., embora vivam realidades radicalmente diferentes, todas partilham a experiência comum da ausência de referentes próprios, o que as coloca, em seus diferentes contextos vitais, em um lugar de vulnerabilidade existencial (Franulic, 2015, p. 9) (tradução livre).

É partindo dessa definição que a filósofa Marilyn Frye (1983) afirma que, apesar das diferenças culturais, mulheres têm sido criadas e educadas para servir aos homens – isso é o que une a classe, isso é o que De Beauvoir (2014) descreveria como o “tornar-se mulher”. Lerner (2019) afirma ainda que, se o patriarcado se constituiu historicamente ancorado no trabalho forçado de mulheres, é no processo histórico que ele será destruído: mulheres se negando a perpetuar os papéis destinados a elas, se organizando, se ouvindo, se articulando com outras mulheres a fim de construir uma resistência coletivizada. “Nosso desejo não é ter acesso à cultura vigente assumindo suas dinâmicas de domínio. Nosso desejo é produzir uma mudança civilizatória, em que a colaboração, o trabalho conjunto sejam a dinâmica que prevaleça nas nossas formas de nos relacionarmos (outra ética)” (Pisano, 2015).

As mulheres foram desprovidas de seus corpos (seus territórios) em diferentes culturas e momentos históricos; segundo Robin Morgan (1977), são um povo colonizado. Por isso, para as feministas que elencamos no nosso diálogo, as mulheres não devem almejar a igualdade masculinista nem a ascensão às estruturas de poder dos homens (Pisano, 2001; Curiel, 2005; Franulic, 2015), sob o risco de fazê-lo desconsiderando a luta das mulheres que vieram antes por autonomia política, ideológica e financeira. Olhando pelo lado da existência e das estratégias de sobrevivência que nos trouxeram até aqui, é possível afirmar que já que estivemos afastadas da construção da “história oficial”, as mulheres teriam a possibilidade de criar um novo caminho, um “novo marco civilizatório”.

Lonzi (2004, p. 8) salienta que a diferença sexual contém o princípio existencial que afirma que nenhum ser humano e nenhum grupo “deve ser definido por referência a outro ser humano ou a outro grupo”. Isto significa que as mulheres não devem mais ser definidas ou mal interpretadas pelos homens, mas, pelo contrário, cada mulher deve

encontrar, de acordo com as suas experiências e o seu contexto de vida, as orientações para o seu próprio sentido de existência. Da ausência de referências, outra civilização pode ser construída, porque esta ausência não é silenciosa (Franulic, 2015, p. 11) (tradução livre).

Buscamos, portanto, uma transformação social que passa pelo questionamento e consequente transformação de tudo que entendemos como sociedade patriarcal. Por isso, Franulic (2015) propõe uma análise de discurso que dê conta desse contexto histórico, político e social.

As mulheres sabem que o mundo está lá fora. As mulheres sabem que o mundo está lá fora porque ele nos atinge na cara. Literalmente. Somos estupradas, espancadas, pornografadas, definidas pela força, por um mundo que começa, pelo menos, inteiramente fora de nós. Não importa o que pensemos dele, o quanto tentemos pensar que ele não existe ou pensá-lo em uma forma diferente para que habitemos, o mundo permanece real. Experimentem, uma hora dessas. Ele existe independentemente da nossa vontade. Sabemos que ele está lá porque, não importa o que façamos, não podemos sair dele. O poder masculino é, para nós — e portanto é — esse tipo de fato (Mackinnon *In* Miguel & Biroli, 2013, p. 243).

Pensando que o mundo que “está lá fora” não é o mundo que queremos para nós, Margarita Pisano nos provoca no sentido de sermos nós que estamos “no afora”, às margens; e que é necessária a construção desse *olhar de fora* (Pisano, 1995), um exercício feminista constante, com base na articulação e na criatividade históricas das mulheres, e de transformações na linguagem e na ação (Lorde, 2019), para rever todas as estruturas, inclusive as narrativas e formas de interpretação de mundo femininas que possam se basear e reforçar ideologias patriarcais. Tendo sido as instituições – ciência, filosofia, igreja, judiciário, prisões, escolas, família, mídias – forjadas para a manutenção do poder patriarcal, há pelo menos duas perspectivas para levar em consideração, duas faces de uma mesma moeda: se, por um lado mulheres vivem com uma ausência de referências, por outro, existe latente a possibilidade de recriar um novo mundo a partir dos silêncios, dos não-ditos e das narrativas anticoloniais produzidas por mulheres. Aqui, a análise feminista radical e crítica do discurso torna-se primordial.

3. VISIBILIDADE LÉSBICA E VIOLÊNCIA

Em uma pesquisa exploratória no portal G1, um dos mais expressivos centros brasileiros de distribuição de notícias online⁴, em outubro de 2022, pudemos observar algumas questões sobre a visibilidade midiática de mulheres que amam mulheres. Denunciada por anos pelo movimento de lésbicas⁵, a invisibilidade é uma questão relevante e que está constantemente em pauta nos espaços de organização política. Entendemos que um dos objetivos deste texto é, portanto, repensar o modelo de representação institucional midiática que as mulheres lésbicas têm recebido, e que linguagem tem sido utilizada para que as histórias e vidas lésbicas apareçam no jornal.

Nesta primeira busca, pudemos observar as aparições entre 2021 e 2022, contendo a palavra “lésbica” tanto ao longo dos textos quanto nas manchetes. Importante dizer que os resultados desta primeira busca serão usados neste momento a título de exemplo, como parte documental e de contextualização, e são parte da minha pesquisa de doutorado. O que se segue é uma breve análise dos resultados encontrados a fim de dialogar com as teorias elencadas por nós para a articulação das questões pertinentes a este texto. Para essa análise, decidimos optar por contabilizar, em termos de visibilidade e representação, apenas os textos que possuíam em suas manchetes a palavra “lésbica”, a expressão “amor entre mulheres”, ou ainda quando o caso era de alguma mulher que estivesse falando sobre seu relacionamento com outra mulher. Manchetes que usavam apenas as palavras “homossexuais”, “bissexuais”, “*queer*” ou quaisquer outras sexualidades ou siglas não entraram na conta.

Procuramos encontrar 50 títulos que correspondessem às nossas expectativas. Das 50 primeiras matérias encontradas – todas veiculadas entre outubro de 2021 e outubro de 2022 – que correspondiam às determinações impostas pela nossa busca, 25 envolviam casos de violência praticadas contra lésbicas (algumas sendo descritas como “lesbofobia” ao longo do texto), somando 50% do total. 20% – 10 matérias – se

⁴ Publicada em junho de 2023, a pesquisa Digital News Reports (Reuters Institute) demonstra que, no Brasil, o Grupo Globo lidera em três níveis - televisão, online e impresso - o mercado de consumo de mídias. No *online*, 36% das disseram que assistem semanalmente ao canal Globo News (incluindo o portal G1), percentual que é seguido de perto (34%) pelos que disseram assistir semanalmente ao UOL. O jornal O Globo (*online*) ocupa a quarta posição do ranking, com 24% de citações. Veja mais em: LUCENA, André. **O que diz a principal pesquisa de mídia do mundo sobre o consumo de notícias no Brasil**. Carta Capital, 2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/o-que-diz-a-principal-pesquisa-de-midia-do-mundo-sobre-o-consumo-de-noticias-no-brasil/>>. Acesso em: 30/10/2023.

⁵ Para ler sobre a história das mulheres lésbicas no Brasil: QG FEMINISTA. Fonseca, Marcelle. **A história de luta do movimento das lésbicas no Brasil**. Disponível em: <<https://qgfeminista.org/a-historia-de-luta-do-movimento-das-lesbicas-no-brasil/>>. Acesso em: 22/08/2022.

relacionavam com cultura, eventos ou celebridades “saindo do armário”. 16% (8) diziam respeito a datas comemorativas, como notícias especiais sobre o dia do orgulho lésbico ou sobre o dia da visibilidade lésbica. 10% (5) eram sobre lésbicas e política partidária – notícias sobre a representatividade política e projetos de lei, por exemplo; e 4% (apenas dois dos textos) eram relacionados à saúde da população de mulheres que se relacionam com mulheres. Quando o assunto não era violência, quase em 100% das matérias as lésbicas “dividiam” espaço com outras sexualidades, e a palavra “homossexuais” muitas vezes era usada para nos categorizar, em uma espécie de “inclusão” na categoria de gays.

É interessante perceber que, ainda que possamos notar uma maior aparição da expressão “lésbica” em notícias de jornais, no decorrer dos últimos anos, esta representação acontece de maneira enviesada e bastante incompleta. Ao sermos vistas principalmente em textos que abordam a violência praticada contra nós, os discursos promovem a ideia de que ser lésbica é perigoso, que nossas existências são permeadas por agressões e lesbofóbias, e que não é possível viver de forma plena sendo lésbica. Da mesma forma, quando nos incluem em categorias como “LGBT”, “queer” ou “homossexuais”, nos impedem de aparecer como protagonistas de uma história e uma memória propriamente lésbicas, com nossas especificidades e auto definições. Em ambos os casos, seja como personagens vitimizadas ou como subcategorias de uma comunidade abrangente, nossas histórias não são contadas e seguimos violentadas e invisibilizadas – vivendo somente a partir da relação com os homens.

Refletindo sobre como as mídias reproduzem um olhar muito específico sobre a violência, a filósofa brasileira Marilena Chauí debate sobre como o que é lido como desviante é geralmente atribuído a assaltos, roubos ou assassinatos, enquanto outros fatos ligados a, por exemplo, tortura, racismo e discriminação sexual têm outro tratamento. De fato, trata-se de fenômenos divergentes, e este segundo grupo, seguindo a lógica que estamos construindo neste texto, é composto por violências estruturais – oriundas da própria formação da sociedade patriarcal e sem as quais ela não existiria. Elas não são desvios, anomias, exceções ou fatos isolados, mas base fundante da linguagem, da pedagogia e dos discursos que balizam nossa sociedade. Desse modo, neste trabalho, nos referimos à violência masculina estrutural e estruturante perpetrada pelas instituições masculinistas e que tem origem no poder sexual masculino.

A teoria feminista do conhecimento começa com a teoria da perspectiva de todas as mulheres sobre a vida social. Ela toma como ponto de partida a crítica de que o ponto de vista masculino sobre a vida social construiu tanto a vida social quanto o conhecimento sobre ela. Em outras palavras, a teoria feminista do conhecimento é indissociável da crítica feminista ao poder masculino, porque o ponto de vista masculino se impôs ao mundo, e se impõe ao mundo como sua maneira de conhecer (Mackinnon In Miguel & Biroli, 2013, p. 235).

Portanto, é possível dizer que a violência se impõe também como *linguagem* porque indivíduos e grupos sociais, que são afetados cotidianamente por ela, entendem que esta é forma mais conhecida de ser e estar no mundo. A violência masculina é linguagem e pedagogia, nas palavras de Rita Segato (2018a), a ‘pedagogia da crueldade’.

Quando falo de uma pedagogia da crueldade estou me referindo a algo muito preciso, como a captura de algo que flui de forma errática e imprevisível, como a vida, para instalar ali a inércia e a esterilidade da coisa, mensurável, vendável, comprável e obsoleta, como é apropriado para o consumo nesta fase apocalíptica do capital. O ataque sexual e a exploração sexual das mulheres são hoje atos de pilhagem e consumo do corpo que constituem a linguagem mais precisa com que se expressa a reificação da vida. Seus restos não vão para cemitérios, vão para aterros sanitários (2018a, p. 11) (tradução livre).

A violência educa, é a língua-mãe, e comunica. Ela faz sentir, e depois é naturalizada, absorvida e reproduzida no dia a dia, a ponto de não ser possível distinguir onde ela começa ou termina, a ponto de se tornar naturalizada essa forma de comunicar. A partir de estudos feministas, pode-se perceber que a linguagem da violência se relaciona com a forma com que mulheres e homens são socializados, nesta sociedade que transforma crianças em homens ou mulheres, dependendo se você nasce do sexo masculino, ou feminino – ou seja, a partir da observação da pretensa capacidade reprodutiva dos grupos. A socialização patriarcal é a educação para o cumprimento dos papéis sexuais; ou seja, a socialização seria a própria violência. É assim que as crianças são criadas; é assim que as mulheres são submetidas a relacionamentos abusivos; é assim que policiais matam e mandam pessoas para a prisão: por meio da linguagem, da pedagogia e dos discursos violentos imbuídos nos processos de socialização (Zaidman In Hirata *et al* (org.), 2009; Bassoli, 2021).

Quando tentamos pensar em nós mesmas como independentes, pensar em nós mesmas como mulheres não mediadas por homens ou pelo Homem, o que tentamos é algo prodigioso e aterrorizante; já que, por nossa própria vontade, seríamos conduzidas àquele extremo do mundo onde a linguagem e o significado abandonam a compreensão de nossas vidas. Então, compreensivelmente, sofreremos com falhas de imaginação e falhas de coragem (Frye, 1983, p. 78).

Por todo esse processo, mesmo que se tenha consciência de viver numa dinâmica de violência, é difícil abdicar dela. Porque os caminhos não são conhecidos, não são fatos concretos, porque não são dadas opções ou variações de como viver: ou se é agressivo, ou passivo; ou criativo, ou inerte; ou bom ou mau. A socialização patriarcal para a manutenção do poder masculino se constrói em meio a este discurso binarizante (Collins, 2019), hierárquico, punitivista e militarista sobre disciplina e sobre mérito.

O discurso punitivista, este mesmo que é reproduzido em prisões, por policiais e presos, em instituições – como escolas, hospitais, igrejas e famílias –, é o próprio discurso da violência, masculinista, da educação por meio da disciplina que, para ser conseguida, precisa ser imposta via punição, em casos de descumprimento de regras. Ele se cristaliza e reifica por meio da objetificação do ‘Outro’, conforme diz a jurista e teórica feminista norte-americana Catharine A. MacKinnon (2013, p. 235), e se impõe a partir de um olhar da neutralidade, da objetividade, como toda linguagem jurídica. Segundo ela, a teoria feminista do conhecimento começa com a crítica ao ponto de vista masculino, do “conhecedor” distanciado, de quem objetifica o mundo, os “outros”, para estudá-lo e dominá-lo.

Por isso, quando meninas e mulheres são interpretadas pelos homens como “rebeldes” que desafiam os papéis sexuais impostos por meio da socialização, a elas são delegados outros vários tipos de violência – o descaso, o ostracismo, a solidão, a perseguição, a coerção, o estupro corretivo e o assassinato (Vergès, 2021).

No caso das coberturas midiáticas de violências praticadas contra lésbicas, as mídias, aqui representadas pelos jornais e também compreendidas como instituições, seguem a lógica da reprodução da violência enquanto linguagem e da fé-cega nas instituições patriarcais de controle, como a família (como núcleo reparador e de segurança), a igreja (a ideia do bem e do mal), e o sistema carcerário (como expurgação de penas e pecados). Os resultados são nefastos: o que pretensamente é retratado nas notícias como caso isolado, exceção à regra, pode inclusive servir justamente para

alimentar o ódio em outros homens que gostariam de “ter coragem” de agredir fisicamente suas companheiras e não o fazem (Jara, 2019; Segato, 2018b); bem como ajudam a perpetuar a ideia de que mulheres são sim, “vítimas”, “passivas”, expostas a agressões que precisam ou aceitar, ou pedir ajuda à polícia para resolver (Segato, 2018a, p. 14).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do marco teórico utilizado até aqui, ancorado principalmente na criminologia crítica e na teoria feminista, foram observados três aspectos da cobertura midiática de violências praticadas contra lésbicas que ajudam a elucidar a necessidade de uma análise do discurso feminista e antipunitivista: a) as lésbicas, ao serem atravessadas pela violência masculinista, têm suas histórias veiculadas em jornais com foco nas instituições masculinas, “vitimando-as” (Andrade, 2005; Lerner, 2019; Vergès, 2021), enquanto seus estupradores seriam os “monstros-fora-da-lei”, a quem o único destino possível é a prisão; b) as mídias, cumprindo seu papel de *agências de criminalização secundária* (Kleinsorgen, 2017; Batista, 2012), se ancoram em um descrédito das instituições por parte da população, autopromovendo-se a representantes das demandas populares, ao passo que reforçam a importância das instituições penais; c) as instituições ocidentais – a filosofia, a ciência, a família, a igreja, e também as prisões, o sistema penal como um todo e as mídias, criadas pelos homens para a manutenção de seus poderes econômico, sexual e social – não servem à emancipação das mulheres (Pisano, 1998; Beauvoir, 1949; Vergès, 2021); ao contrário, precisam da subordinação feminina para que possam prosperar.

Ao observarmos o fenômeno de lésbicas representadas em notícias on-line, é possível chamar a violência de “linguagem”, porque enquanto grupo social cotidianamente afetado por ela, entendemos que esta é a forma mais conhecida de ser e estar no mundo. Por toda violência propagandeada e infligida contra mulheres, se faz necessário um resgate do que seria uma cultura das mulheres, uma busca pela descolonização dos olhares sobre nós mesmas e sobre as outras. Uma busca pela nossa própria autodefinição (Collins, 2019; Lorde, 2019). Galgando a mudança civilizatória proposta pelas feministas radicais da diferença, duas ferramentas são propostas por elas para que consigamos alcançar esse futuro livre de violências: a) o abandono da

feminilidade; e b) a construção de uma genealogia feminina (Pisano, 2001; Franulic, 2017).

Para o abandono da feminilidade, as autoras sugerem que as mulheres deixem de servir aos homens e suas vontades, abandonem o pacto com a masculinidade e passem a se amar e amar outras mulheres – oposto do que nos é ensinado durante o processo de socialização; mas isso não pode acontecer sem a compreensão de que mulheres são uma classe histórica, com distinções, e que há um apagamento sistemático de nossas experimentações e estratégias de sobrevivência no patriarcado. Por isso, é necessário que procuremos a história de mulheres, escutemos mulheres, valorizemos suas narrativas e versões, a fim de construir novas e dissidentes percepções de existência, múltiplas histórias insubmissas, e a fim de reescrever nossa própria história, individual e coletivamente, e construir um futuro constituído de olhares e mãos femininas.

Neste sentido, o que se compreende como análise do discurso pode e deve ser uma ferramenta usada por mulheres e feministas na busca por novas concepções e compreensões de processos históricos, bem como levada em conta nas propostas e levantes de um mundo diferente. Por outro lado, deve-se ter em mente que o olhar feminista sobre as civilizações vem sendo soterrado e apropriado pelas mais diversas instituições patriarcais, então é preciso refletir sobre que diálogos estão sendo levados em consideração, e direcionar esforços para a desconstrução das narrativas patriarcais sobre todos os corpos. Evocar, como bem nos ensinou bell hooks (2020), nosso poder de *descrever*.

A violência é uma linguagem a ser abolida; uma análise do discurso feminista precisa ser antipunitivista e, em meio a tantas possibilidades de construção de teorias feministas, acreditamos que partir de uma perspectiva da diferença sexual é primordial para que possamos identificar cada rastro de discurso misógino propagado pelas instituições masculinas ao qual estamos insistentemente recorrendo para nos nomear, nos autodefinir. É preciso resgatar e apostar no amor entre mulheres, pela construção de um mundo que não puna as crianças e jovens dissidentes, mas aprenda com elas.

REFERÊNCIAS

- Andrea Franulic Depix. FRANULIC, Andrea. **Ayuda memoria: Un breve análisis feminista de discurso**. Chile, 2018. Disponível em: <<https://andreafranulic.cl/analisis-critico-de-fuente-s/ayuda-memoria-un-breve-analisis-feminista-de-discurso/>>. Acesso em: 10/03/2023.
- Andrea Franulic Depix. FRANULIC, Andrea. **Genealogía de mujeres del Feminismo Radical de la Diferencia**. Chile, 2017. Disponível em: <<https://andreafranulic.cl/diferencia-s-exual/genealogia-de-mujeres-del-feminismo-radical-de-la-diferencia/>>. Acesso em: 10/03/2023.
- BATISTA, V. M.. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. 2006.
- CHRISTIE, Nils. **Uma razoável quantidade de crime**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.
- CURIEL, Ochy. **X Encontro Feminista: o avanço do patriarcado pela inclusão**. A janela. Journal of Gender Studies, v. 3, n.º. 22, pág. 317-330, 2005.
- DAVIS, Angela Y. et al. **Abolicionismo. Feminismo. Já**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- DE ANDRADE, V. R. P. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Seqüência: estudos jurídicos e políticos**, v. 26, n. 50, p. 71-102, 2005.
- DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.
- Empório do Direito. CORDEIRO, Patrícia. **Em busca de linguagens perdidas: quando a resposta punitiva é um “cala a boca”**. Cascavel, 9 mar. 2015. Disponível em: <<https://emporiiododireito.com.br/leitura/em-busca-de-linguagens-perdidas-quando-a-resposta-punitiva-e-um-cala-a-boca/>>. Acesso em: 15/03/2023.
- HOOKS, bell. **O Feminismo é Para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2008a.
- HOOKS, bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 857-864, 2008b.
- HOOKS, bell. **Teoria feminista**. Editora Perspectiva SA, 2020.
- FRANULIC, Andrea. Por un análisis feminista del discurso desde la diferencia sexual. **Revista latinoamericana de estudios del discurso**, v. 15, n. 1, p. 7-22, 2015.
- JARA, Mariela. Lutando contra o machismo na América Latina: a fórmula para combater feminicídios. Tradução de Natália Kleinsorgen. **QG FEMINISTA**, 2019. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/lutando-contra-o-machismo-na-am%C3%A9rica-latina-c558ae5eaf70>>. Acesso em: 29/08/2022.

KLEINSORGEN, Natalia. **Traficante ou roda ou tomba**: linguagem policial, criminalização da pobreza e discurso punitivista em O Itaboraí, O São Gonçalo e O Fluminense. 2017.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. Cultrix, 2019.

MACKINNON, Catharine A. **Sex and violence**: A perspective. In: Rape and Society. Routledge, 2018. p. 28-34.

MICHAUD, Yves A.; GARCIA, L. **A violência**. Ática, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista. Textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

MISSE, Michel. Dizer a violência. **Revista Katálysis**, v. 11, p. 165-166, 2008.

MORGAN, Robin. Sobre mulheres enquanto povo colonizado. Tradução de: Bruna Santiago Franchini. **QG Feminista**, 2020. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/sobre-mulheres-enquanto-povo-colonizado-54dc4530e7ed>>. Acesso em: 5 de outubro de 2023.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 101-142, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

PISANO, Margarita. **Los deseos de cambio, O.. El cambio de los deseos**, 1995.

PISANO, Margarita. **El triunfo de la masculinidad**. Santiago de Chile: Surada, 2001.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Instituto Carioca de Criminologia, 2004.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018a.

SEGATO, Rita. O problema da violência sexual é político, não moral?: Entrevista com Rita Segato. [Entrevista concedida a] Marina Carbajal. Instituto Humanitas Unisinos, 2018b.

SANTOS, Elisama. **Educação Não Violenta**: Como estimular autoestima, autonomia, autodisciplina e resiliência em você e nas crianças. Editora Paz e Terra, 2019.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**: Por uma política antirracista da proteção. Ubu Editora, 2021.

ZAIDMAN, Claude. Educação e socialização. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 80–84.